



Vozes negras no jornalismo: A vivência das Jornalistas Negras no Brasil¹

Michely da Silva ALVES²

Thaísa BUENO³

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz (MA)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa, que está em andamento no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMA-Imperatriz), é compreender como jornalistas negras estão inseridas nos espaços midiáticos, salientando o contexto de gênero e raça na profissão. Como aporte teórico recorreremos ao conceito de identidade, apoiado nas concepções de Stuart Hall (2013), junto as interseccionalidades apontadas pelos Estudos de Gênero e Raça, de acordo com as orientações de Kimberlé Crenshaw (1991; 2002) e Lélia Gonzalez (2020). Utilizamos a Teoria do Reconhecimento para fundamentar a questão identitária no mercado de trabalho. Optamos em apresentar três jornalistas de diferentes regiões do país para corroborar com a discussão, proposta metodológica de Charmaz (2009), propiciando a construção da Teoria Fundamentada.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Raça; Jornalistas Negras; Jornalismo; Mercado de Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Os espaços midiáticos, principalmente mediados pelas plataformas digitais, possibilitam observar e questionar temas que nos rodeiam, diariamente, como os aspectos de gênero, raça e, sobretudo, o que entendemos por identidade. Certamente, é válido ressaltar que estes temas, muitas vezes, entram no centro de discussão pela forma recorrente de como são tratados na própria mídia e por quem são abordados, sempre diante de profundas desigualdades, a presença discriminatória através dos posicionamentos institucionais e o reforço de determinados estereótipos.

Por esse motivo, “os meios de comunicação podem ser tidos como “fazedores de identidades culturais”, ou seja, influenciam a opinião pública”

¹Trabalho apresentado no 18º SIMCOM - 18º Simpósio de Comunicação da Região Tocantina.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMA-Imperatriz). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: michely.silva@discente.ufma.br

³Professora Doutora do Curso de Jornalismo da UFMA-Imperatriz e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMA-Imperatriz). Orientadora do trabalho. E-mail: thaisa.bueno@ufma.br



(Barcellos; Silva, 2020, p. 17) e o modelo de representação da sociedade, seja através do gênero ou raça, ou, até mesmo, a junção dos dois.

No entanto, é a partir desta consciência sociopolítica integrada as outras formas de se pensar comunicação que é possível observar a “identificação dos discursos, formas simbólicas que trazem as marcas de sua produção, dos sujeitos envolvidos, de seu contexto – e não exatamente das mensagens” (França, 2001a, p. 15), que esta pesquisa tem como objetivo principal compreender como as jornalistas negras estão inseridas no mercado de trabalho em diferentes regiões do país, nos voltando a investigar a identidade (gênero e raça), os desafios enfrentados e os cargos ocupados por estas profissionais. Suscitando, como bem define França (2001b), novos sentidos e uma nova prática para os estudos da comunicação.

Stuart Hall (2013, p. 210), destaca como a identidade cultural, de gênero e “ainda a questão racial” moldam os comportamentos da sociedade e “abarcam discursos múltiplos, bem como numerosas histórias distintas, inserindo na sua agenda as questões críticas de raça, a política racial, a resistência ao racismo, questões críticas da política cultural, salientando a relevância de observarmos “outros modos de vida”, compreendendo os estudos culturais junto aos estudos de comunicação como um “posicionamento político-ideológico” e uma “ferrenha luta teórica”.

O cenário brasileiro já nos revela a importância de entendermos tamanhas desigualdades concentradas no que se refere gênero, raça e o complexo desafio de analisar estas aplicações ao termo identidade, precisamente no mercado de trabalho, visto que o mito da democracia racial e seu aparato dispositivo baseado na mestiçagem continuam violando os processos de inclusão de dois principais grupos étnico-raciais brasileiros, os negros (pretos e pardos) e indígenas, nas políticas de adesão, tais como: acesso à educação, saúde de qualidade e empregos dignos, sendo este último um dos mais conflitantes na construção do imaginário social.



Não obstante, a forma como a sociedade se enxerga está, portanto, calcada nas violências simbólicas diante das estruturas sociais e nas relações de representação. O corpo negro, até os dias de hoje, é pensado como local de exploração e extermínio. É a partir disso, que se descobrir negro é um verdadeiro “tornar-se outra pessoa”, assumindo suas lutas diante da exclusão social, desigualdades econômicas e falta de oportunidades.

Quando Lélia Gonzalez (2020) teorizava em seus escritos sobre os obstáculos da “boa aparência”, principalmente em relação ao corpo negro feminino, regimentados pelo mercado de trabalho, a autora trazia um texto-denúncia sobre a relutância dos negros em se autodeclararem pessoas pretas, pois se estava documentado como deve ser as características de uma pessoa para se ocupar um emprego e ser autointitulado um cidadão civilizado, prontamente negar este fato já se faz uma verdadeira estratégia de sobrevivência.

Deste modo, investigar, qualitativamente, a identidade junto a inserção de jornalistas negras no mercado de trabalho, a partir das observações ligadas a luta por reconhecimento já é, por si, um posicionamento relevante diante das últimas indicações aferidas no Censo Demográfico em 2022. De acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2022), destaca-se que há, predominantemente, mais mulheres no país contabilizando um total de 108,7 milhões, salientando a suma necessidade de dar continuidade as pesquisas relacionadas ao gênero, isso porque cerca de 51,1% da população brasileira é feminina, tendo em vista as grandes proporções de desigualdades voltado ao sexo feminino.

Outro fator importante, fundamentando raça e gênero no mercado de trabalho, é a mudança na lei do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 14.553, de 2023) que foi sancionada pelo atual Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, em abril de 2023, “determinando a inclusão de informações sobre raça



em registros de trabalhadores” (Agência Brasil, 2023)⁴, visando mapear a cada cinco anos as condições trabalhistas e reduzir as desigualdades raciais. É através destas políticas de inclusão, mesmo que tardias, que os profissionais, seja do âmbito jornalístico ou não, começam a tratar a própria identidade como um posicionamento político-ideológico e, por ora, reconhecer-se racialmente nesses espaços.

Nessa direção, ao analisarmos como as jornalistas negras de diferentes regiões do país estão inseridas no mercado de trabalho, conduzimo-nos a enfatizar determinadas reflexões acerca da identidade da mulher negra e o contínuo exercício na luta por reconhecimento que tem origens racistas e poucos recursos que envolva, de fato, ações afirmativas (Mendonça, 2012).

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL

Existem diversas variações para definir as tonalidades da pele negra e, assim, classificar o pertencimento de grupos étnico-raciais mundo afora. O negro no Brasil não é o mesmo negro em lugares como Estados Unidos e o Reino Unido, por exemplo. Da mesma forma, o indivíduo que é considerado branco no Brasil sequer se aproxima dos fenótipos europeus, salientados pelas características físicas, correspondendo a estrutura corporal, sobretudo, o tipo sanguíneo; morfológicas, sendo a aparência externa e suas nuances internas; e comportamentais, referindo-se ao modo de organização dos indivíduos. Relacionando, por assim dizer, cor e etnia como principais marcadores da distinção racial.

Essa problemática identitária se estende principalmente em relação as mulheres “afro-latino-americanas”, termo definido por Lélia Gonzalez (2020) e discutido por outros autores⁵, em que a “identidade negra é atravessada por

⁴ Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/radioagencia-nacional/justica/audio/2023-04/nova-lei-inclui-dados-de-cor-e-raca-em-registros-dos-trabalhadores>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

⁵ Na tentativa de inserir a luta do povo negro na história, Lélia Gonzalez também cunhou outros conceitos relevantes, tais como: *Amefricanidade*, denotando a experiência da diáspora negra; *América Ladina*,



outras identidades, inclusive de gênero e cultural” (Hall, 2013, p. 12), retratando, desse modo, uma “dupla discriminação de mulheres não-brancas na região (racial e/ou sexual): as amefricanas e as ameríndias, enfatizando a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas” (Gonzalez, 2020, p. 147).

O peso do corpo negro feminino, precisamente no Brasil, está respaldado pelas desigualdades em diferentes esferas da sociedade que se configuram a partir da: hiperssexualização, questões reprodutivas, ciclo familiar no trabalho doméstico, escassez na formação educacional, falta de representatividade no espaços de poder e decisão, sobretudo, a partir da exclusão no mercado de trabalho. Esses fatores sociais, moldados pelas condições racial e de gênero, contribuem para o distanciamento da própria identidade, visto que o “gênero inscreve o corpo racializado” (Akotirene, 2020, p. 28)

Esses paradigmas em torno das pautas identitárias são retratados, especificamente, na formação da mídia brasileira que direciona a reprodução e geração de desigualdades, racial e de gênero, afetando principalmente mulheres negras. Nesse sentido, Barcellos e Silva (2020, p. 2) assinalam que “social e culturalmente os papéis subalternos são colocados às mulheres e negros, sendo reforçados por instituições sociais como a mídia”, fomentando a exclusão de profissionais negras na área da comunicação, especificamente na imprensa.

A imprensa brasileira é formada, predominantemente, por profissionais brancos que atuam em diferentes espaços da mídia, sobretudo, na grande mídia, em que a ferramenta essencial de comunicação está na própria imagem, isto é, na identidade do indivíduo branco (Agência Brasil, 2023)⁶. Verifica-se, até mesmo, a predominância de profissionais brancos como jornalistas de redação,

viabilizando as populações mestiças no que a autora denominava de “Nuestra América” e, por fim, o *Pretuguês*, simbolizando a africanização da língua portuguesa brasileira.

⁶ Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/pesquisa-mostra-forte-desigualdade-racial-na-grande-midia-brasileira>>. Acesso em: 19 jul. 2023.



que não usam diretamente a imagem, mas ainda ocupam mais cargos em relação aos profissionais negros (pretos e pardos).

O mesmo ocorre se enquadrarmos gênero e raça no jornalismo brasileiro. De acordo com o Perfil de Jornalistas no Brasil (UFSC, 2021), cerca de 68% das jornalistas que trabalham no país são mulheres brancas⁷, expondo a falta de representatividade de profissionais negras no espaços midiáticos.

A exclusão das mulheres negras no mercado de trabalho, na área da comunicação por exemplo, são amparados, cotidianamente e teoricamente, através do debate estabelecido pela negritude não se resumindo “à aceitação do inevitável, e, sim, a um difícil processo de conscientização” (Fernandes, 2016, p. 707), relacionando intimamente ao conceito de interseccionalidade, termo criado por Kimberlé Crenshaw (1991), que compreende capturar as identidades sociais e “as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177).

Desse modo, jornalistas negras estão na luta contínua por reconhecimento no mercado de trabalho e na difícil tarefa de “erguer a voz e pensar como negra, defendendo constantemente o ato de se tornar sujeitas no processo de autorrecuperação” (Hooks, 2019, p. 75) e, conseqüentemente, resistindo as políticas de identidade da hegemonia branca.

A LUTA POR RECONHECIMENTO DAS JORNALISTAS NEGRAS: QUAL É O NOSSO LUGAR?

A condição da mulher negra na sociedade é atravessada por incontáveis precariedades, tendo como destaque a ocupacional que condiz na precarização do trabalho e no “efeito da substituição”, sendo este a diminuição do emprego formal e o aumento do emprego autônomo. Para Lélia Gonzalez (2020, p. 298), “a mulher negra é o setor mais oprimido da sociedade”, isso porque “o gênero e

⁷ Disponível em: <[6](https://perfildejornalista.ufsc.br/2021/11/24/mais-pessoas-negras-e-menos-mulheres-no-mesmo-trabalho-exaustivo-o-perfil-de-jornalistas-no-brasil-em-2021/#:~:text=O%20estudo%20constata%20novamente%20que,levantamento%20de%20nove%20anos%20antes.>. Acesso em: 27 jul. 2023.</p></div><div data-bbox=)



a etnicidade são manipulados de modo que, no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, “coincidentemente”, pertencem exatamente às mulheres e à população negra”, reforçando, novamente, o ciclo familiar no serviço doméstico e a sistematização dos estereótipos de gênero e raça nas instituições.

Ressalta-se, no entanto, que essa sistematização é o funcionamento da sociedade, ou seja, o modo como é organizado e regulado o comportamento dos indivíduos nas instituições (órgãos públicos, empresas e comércios) e fundamentado pela ordem civil, isto é, as normas e costumes de caráter político, econômico e moral. À vista disso, a dinâmica da ‘Pirâmide de opressões’, semelhante a pirâmide social, identifica o homem branco junto a mulher branca no topo, alcançando diversos privilégios, e logo abaixo o homem negro e a mulher negra como centro, tendo como base da pirâmide a mulher negra latino-americana e caribenha sendo, pois, sedimentadas pela subalternidade.

Em função disso, observa-se que os desafios são maiores para mulheres pretas no mercado de trabalho (Brasil de Fato, 2022)⁸, revelando, em suma, a precariedade nas condições trabalhistas, barreiras nas relações profissionais e a violência institucionalizada. Por outro lado, as mulheres pretas, no caso brasileiro, estão enfrentando as políticas de opressão e assumindo, cada vez mais, diferentes espaços no mercado de trabalho:

A participação média das mulheres negras nos ocupados aumentou, tanto dentre os trabalhadores formais – saindo de 17,8%, entre 2012 e 2014, indo para 18,9%, no biênio 2015-2016, e alcançando a taxa de 20,1%, entre 2017 e 2019 – quanto também no total de trabalhadores informais. No período 2012-2014 elas representavam 24,7% do total dos informais, enquanto entre 2017-2019 alcançaram a taxa média de 26,1%. No total de subocupados, pôde-se constatar também o aumento da participação média das mulheres negras. Entre 2012 e 2014, a taxa média de mulheres negras entre os subocupados era de

⁸ Disponível em: < <https://www.brasildefatope.com.br/2022/03/08/desafios-sao-maiores-para-mulheres-pretas-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 30 jul. 2023.



31,2%, indo para 32,7%, no biênio 2015-2016 e alcançando 34,4%, entre 2017 e 2019 (Brasil de Fato, 2022)⁹.

Pode-se entender esse acontecimento a partir das próprias mobilizações femininas e negras em torno do acesso à educação e a cargos no mercado de trabalho, assegurados pelos movimentos feministas e negros, apesar de intensas dificuldades, como bem direciona Jurema Werneck (2010, p. 15), que “mesmo com condições profundamente desvantajosas em diferentes esferas que nós mulheres negras estamos, ainda desenvolvemos em nossas trajetórias cotidianas das disputas de diferentes segmentos sociais em torno de possibilidades de (auto)definição”.

Da mesma forma, refere-se à inserção de jornalistas negras na mídia, principalmente quando representadas na mídia tradicional brasileira, em especial no telejornalismo. Embora haja, de fato, a omissão de profissionais negras nos espaços midiáticos. Segundo Sueli Carneiro¹⁰ (2003, p. 50), devemos pensar que a luta das jornalistas negras “[...]contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira”, mesmo sabendo das adversidades racial e de gênero no mercado.

A priori, portamos três categorias de análise, sendo tais: 1) identidade das jornalistas negras, que serão preservadas visto que esta pesquisa ainda se encontra em andamento; 2) cidade e região que trabalham; e 3) cargos que ocupam.

Para preservar a identidade das jornalistas presentes nesta pesquisa, tendo em vista que ainda se encontra em fase de andamento e que inicialmente nos dedicamos na coleta de dados, optamos em substituir o nome de cada jornalista por figuras pretas brasileiras que fizeram e continuam fazendo, a partir

⁹ Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/16/raca-e-genero-as-desigualdades-no-mercado-de-trabalho-brasileiro>>. Acesso em 31 jul. 2023.

¹⁰ Fundadora do Geledés, Instituto da Mulher Negra. Foi colunista do Jornal Correio Braziliense entre os anos de 1990 e 2008, também atuou como colunista da Folha de São Paulo entre os anos de 2004 e 2021.



dos seus legados, escritos e memórias, história nas áreas da comunicação, política e literatura brasileira, como exibido no Quadro 1:

Quadro 1 – Breve perfil: Jornalistas Negras

Jornalistas	Região	Cidade	Autodeclaração
Antonieta de Barros	Sudeste	Niterói-RJ	Preta
Dandara dos Palmares	Sudeste	Rio de Janeiro-RJ	Preta
Esperança Garcia	Sul	Florianópolis-SC	Parda
Hilária Batista de Almeida	Sul	São Leopoldo-RS	Preta
Laudelina de Campos	Nordeste	Salvador-BA	Preta
Luísa Mahin	Nordeste	Fortaleza-CE	Parda
Maria Felipa de Oliveira	Norte	Manaus-AM	Preta
Maria Firmina dos Reis	Norte	Belém-PA	Afro-indígena
Maria Odília Teixeira	Centro-Oeste	Goiânia-GO	Preta
Tereza de Benguela	Centro-Oeste	Campo Grande-MS	Preta

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Paralelamente, entendemos que é necessário compreender as diferentes inserções das profissionais negras nos espaços midiáticos. Muitas destas jornalistas estão mais do que qualificadas para assumir seus postos e usufruir do retorno das suas competências profissionais, mas precisam “repensar o significado de trabalho”, como bem acentua (Hooks, 2018, p. 88), para que no futuro sejam reconhecidas por sua capacidade e habilidade profissionais sem o peso do gênero, e, principalmente da raça, no ato da profissão.

Assim como discute Crenshaw (1991, p. 1253), “é importante notar que a identidade continua sendo um lugar de resistência para membros de diferentes grupos subordinados” e que a luta por reconhecimento é constituída, antes de tudo, pelas identidades coletivas através da consciência moral do indivíduo. Desenvolve-se, todavia, que essa luta por reconhecimento é fundamentada pela Teoria do Reconhecimento, presente na filosofia política, que aborda a busca pelo respeito nas relações intersubjetivas, tendo as contribuições de Axel Honneth norteando a temática.

Vale salientar que “a teoria do reconhecimento transformou-se em um dos principais referenciais teóricos no campo da filosofia política, do direito e da sociologia e, desde então, tem sido alvo de intensos debates” (Bargas; Maia,



2019, p. 88), e que nos estudos da comunicação não seria diferente, principalmente no jornalismo, e a teorização acerca das identidades, isso porque “o reconhecimento do significado é a parte da nossa identidade, que se manifesta da sensação de pertencimento” (Edoa; Vitor, 2022, p. 254), na busca por “dignidade, respeito e direitos”, ou como é delineado por Honneth, os “três domínios essenciais à autorrealização: o afeto, os direitos e a estima social” (Mendonça, 2012, p. 121).

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A Teoria Fundamentada Construtivista consiste em investigar “os dados por meio das observações, das interações e dos materiais que reunimos. [...] junto as experiências e os eventos empíricos, seguindo as ideias analíticas sobre eles”, surgindo, por assim dizer, “uma teoria fundamentada que explica o processo estudado em novos termos teóricos e, muitas vezes, aponta as suas consequências” (Charmaz, 2009, p. 15 e 21).

Como ponto de partida, usamos o recurso técnico-metodológico da Entrevista Semiestruturada, baseada nos estudos de Duarte (2005), que aborda temas complexos na pesquisa social e que nos direciona a examinar, categoricamente, a intensidade das respostas. Para além disso, a Entrevista Semiestruturada é aplicada em pesquisas qualitativas cujo enfoque categoriza-se através do roteiro-base que tem a função de recolher respostas indeterminadas e não respostas já previstas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Ressaltamos que esta pesquisa está em andamento e que, a partir disso, trouxemos como centro de análise os relatos de três jornalistas, sendo, portanto, Antonieta de Barros (Sudeste), Esperança Garcia (Sul) e Laudelina de Campos (Nordeste) – nomes fictícios – em que buscamos desenvolver uma aplicação a partir do que já foi coletado e apresentar os dados obtidos e os resultados



parcialmente classificados, com base na Teoria Fundamentada Construtivista de Charmaz (2009), em que caracterizamos como resultados preliminares.

Assimilando este repertório analítico com os dados coletados, abrimos a aplicação com uma parte da entrevista em que Antonieta relembra os primeiros passos que a levaram a escolher o jornalismo como profissão e como tudo aconteceu. Nas palavras de Antonieta percebe-se que ela precisou retornar à memória da infância/adolescência para contextualizar o cenário:

[...] eu **não era linda**, bonita... eu era **pretinha e engraadinha**".
[...] **meu pai** é nordestino, e ele falava assim: "você é **mulher** e sendo mulher você tem que estudar e **ter uma profissão**, porque **homem** vai embora (Antonieta de Barros, 66 anos, Sudeste, Entrevista 2024)

A visão de Antonieta sobre a própria imagem representa também as falas das demais jornalistas, mas de uma forma bem mais direta. As três jornalistas, inseridas neste estudo, apresentaram certa insegurança em relação a aparência em diferentes fases da vida. Quando questionadas sobre a identidade racial e de gênero no mercado de trabalho jornalístico, as jornalistas relataram acontecimentos semelhantes e identificaram racismo na redação todos os dias. O compilado de excertos a seguir evidenciam a vivência de cada uma:

Na minha época para ser **secretária**, a gente via anúncios que pediam "**boa aparência**" e lembro que eu fui responder um anúncio e eles me responderam: "**você não é exatamente o que a gente imaginava**, mas você tem uma boa datilografia (Antonieta de Barros, 66 anos, Sudeste, Entrevista 2024).

Eu sou uma **mulher jovem** e isso também desqualifica quem eu sou. Eu sou uma **mulher, jovem e negra**, então as pessoas acham que não tenho experiência, que não sou capaz e, já na questão racial, perceber que os colegas trabalhando na mesma coisa, no mesmo cargo e o **tratamento ser diferente** entre uma **mulher branca** e comigo. Comigo é tipo: "você consegue suportar mais", "você já está acostumada", "você sabe como é a vida" e com essa outra pessoa com mais cuidado, com mais pudor, com mais carinho e mais calma para poder pedir algo ou solicitar, enfim, tem essa diferença sim (Laudelina de Campos, 29 anos, Nordeste, Entrevista 2024).



Eu **não queria** mais trabalhar na **imprensa**, não queria. Tava **cansada!** Sou de Porto Velho, eu vim para cá [Santa Catarina] com o meu marido, meu marido é jornalista também... o que nos uniu para a gente vir. Eu **sofri** muito em relação a **questão de gênero**, sabe? [...] Eu ouvia coisas do tipo: “essa daí não vai passar de nada, só é **bonitinha**. Eles falavam na cara, era **humilhante**. **Não aguentava** mais, eu achava que **não valia** a pena tudo que eu passava. Não dava! (Esperança Garcia, 51 anos, Sul, Entrevista 2024).

O debate racial no mercado jornalístico ainda se faz ausente, mesmo com todas as mudanças sociais possíveis, por isso que ao extrair os códigos desses excertos, a partir da aplicação da Teoria Fundamentada Construtivista, conseguimos visualizar algumas subcategorias para melhor interpretar os dados, bem como: “Descobrimo ser mulher negra” e “Debate racial no mercado de trabalho”.

Na busca por codificar as narrativas e, posteriormente, transformar esses dados empíricos em categorias emergentes, selecionamos alguns excertos em que Antonieta, Laudelina e Esperança retornam várias vezes à mesma interpretação acerca de si dentro do mercado de trabalho e sobre as relações sociais/raciais:

Então, às vezes, acontecia do material que eu mandava para levar para a **gráfica** e não chegava até a gráfica e de repente o **material sumia**. Acontecia isso quando eu era secretária, eu fazia uns negócios e sumia... [...] o cara vinha e me dava o maior **esporro** dizendo que ia atrasar o avião, isso porque os jornais depois de um determinado horário iam para ser distribuídos no Brasil. [...] ali era uma **pauta racial mesmo**. [...] Depois eles mandaram “**os velhos**” irem **embora**, fiquei fazendo uns freelancers (Antonieta de Barros, 66 anos, Sudeste, Entrevista 2024).

Eu sou uma mulher jovem e isso também desqualifica quem eu sou. Porque **a gente sabe que nós somos marginalizadas**, enfim, não somos entendidas como pessoas inteligentes. [...] Nós estamos nos **subempregos**, estamos **sub-representados**, a gente tem uma **resistência** muito forte aqui, a gente já consegue **enfrentar** muitas coisas (Laudelina de Campos, 29 anos, Nordeste, Entrevista 2024).



Já sofri **tentativa de agressão**, a mais recente foi aqui quando soltaram o **cachorro** em cima de mim na **praia** em Canasvieiras [praia em Florianópolis]. Aquilo ali foi horrível, foi horrível. Eu tava fazendo **reportagem** sobre a **Covid-19**, foi quando eu resolvi que **não queria** mesmo porque ficava muito **exposta**, sabe? Eu ia falar com as pessoas que estavam ali na **praia**, mas não deveria estar. Tava todos muito amontoados e viram a **repórter** e mandaram o cachorro vir para cima de mim. [...]Eu fiquei com medo da situação, o pessoal ficava gritando: “sai daqui **imprensa comunista** (Esperança Garcia, 51 anos, Sul, Entrevista 2024).

A partir desses excertos e da profundidade discursiva dos relatos, realizamos a codificação inicial junto com a redação de memorandos e obtivemos os seguintes códigos: “exclusão”, “segregação”, “sabotagem”, “racismo”, “gênero”, “etarismo”, “beleza”, “discriminação”, “humilhação”, “inferiorização”, “agressão”, “desmotivação” e “enfrentamento”. Em seguida, comparamos dados com dados e realizamos a codificação focalizada e, respectivamente, a redação de memorandos avançada (no intuito de criar as categorias emergente).

Para abrir esta discussão, agrupamos as categorias emergentes através das narrativas das sujeitas de estudo que indicam, potencialmente, fatores determinantes para as disparidades de gênero e raça no mercado de trabalho jornalístico. No mais, analisamos como “ponto” e “contraponto” os relatos extraídos e, a partir disso, conseguimos encontrar uma amostragem teórica. Por efeito, realizamos a classificação teórica das categorias emergentes e a representação desta teorização, salientando que a realidade das jornalistas negras escancara a sub-representação na comunicação brasileira – como narrado por Antonieta, Laudelina e Esperança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfatiza-se, por fim, a importância de analisarmos a construção de gênero, raça e, sobretudo, identidade nos espaços midiáticos. Uma vez que a desigualdade racial e de gênero se encontra, de fato, institucionalizada nos meios de comunicação, torna-se primordial abranger a inserção de jornalistas



negras como centro de análise (Patricia Hill Collins, 2020). Ressaltamos que as narrativas de Antonieta de Barros (Sudeste), Laudelina de Campos Melo (Nordeste) e Esperança Garcia (Sul) – nomes fictícios para preservar a identidade das jornalistas inseridas nesta pesquisa – desencadearam uma série de reflexões que viabilizam a produção de significados acerca da temática no exercício da profissão, sendo eles: a) a retomada da memória para compreensão do presente e do futuro; b) a capacidade de se perceber mulher negra a partir da trajetória profissional e; c) a consciência primária diante dos obstáculos profissionais.

Nesse sentido, as considerações evidenciam o peso do gênero e da raça nos espaços midiáticos e a construção de estratégias pessoais pela quebra de paradigmas na profissão mediante a luta por reconhecimento no mercado de trabalho, principalmente se compreendermos a mídia como local de representação e fomentação de debates públicos e a própria opinião pública.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Pesquisa mostra forte desigualdade racial na grande mídia brasileira**, 2023. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/pesquisa-mostra-forte-desigualdade-racial-na-grande-midia-brasileira>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

BARCELLOS, L. B.; SILVA, R. Gênero e Comunicação: reflexões teóricas a partir da discussão sobre identidades e cidadania. **Tropos: comunicação, sociedade e cultura (ISSN: 2358-212X)**, v. 9, n. 1, 2020.

BARGAS, J; MAIA, R.C. Teoria do Reconhecimento e Interações Cotidianas: o caso das lutas dos Quilombos do Pará. **Contracampo**, Niterói, v. 38, n,2, p. 85-98, ago./nov. 2019.

BRASIL DE FATO. **Desafios são maiores para mulheres pretas no mercado de trabalho**, 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefatoe.com.br/2022/03/08/desafios-sao-maiores-para-mulheres-pretas-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2009.



CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**. v. 43, n.6, Jul./1991, pp. 1241-1299.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge.; Barros, Antonio. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicações**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2005.

EDO A, Louis; VICTOR, Cilene. O papel das jornalistas negras na luta por reconhecimento e representatividade. **RuMoRes**, v. 16, n. 32, p. 248-273, 2022.

FERNANDES, Danubia de Andrade. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, p. 691-713, 2016.

FRANÇA, V. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê. In: MOTTA, Luiz Gonzaga; FRANÇA, V., PAIVA, R. e WEBER, M. H. (orgs.) Estratégias e culturas da comunicação. Brasília: Editora UnB, 2001a.

FRANÇA, V. V. O objeto da comunicação/A comunicação como objeto. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, p. 39-60, 2001b.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HOO KS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

MENDONÇA, Ricardo F. Democracia e desigualdade: as contribuições da teoria do reconhecimento. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n.9, Brasília, set.-dez./2012, pp. 119-146.

PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO. **Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**, 2021. Disponível em: < [PERFIL RACIAL DA IMPRENSA BRASILEIRA. **Instituto CORDA – Rede de Projetos e Pesquisas**, 2021. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2021/11/pesquisa-perfil-racial-da-imprensa-17-nov-2021.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2023.](https://perfildojornalista.ufsc.br/2021/11/24/mais-pessoas-negras-e-menos-mulheres-no-mesmo-trabalho-exaustivo-o-perfil-de-jornalistas-no-brasil-em-2021/#:~:text=O%20estudo%20constata%20novamente%20que,levantamento%20de%20nove%20anos%20antes.> . Acesso em: 27 jul. 2023.</p></div><div data-bbox=)